

## O cinema de rua como intervenção pontual em uma cidade desigual: o caso do Alpendre CineARQ em Pau dos Ferros/RN

Street cinema as a special intervention in an unequal city:  
the case of Alpendre CineARQ in Pau dos Ferros/RN

*Daniel Paulo de Andrade*(1); *Vitoria Raissa Ferreira Mangueira*(2)

1 Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró – RN, Brasil.

E-mail: [daniel.andrade@ufersa.edu.br](mailto:daniel.andrade@ufersa.edu.br) | ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2427-341X>

2 Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró – RN, Brasil.

E-mail: [vitoriaraissa@hotmail.com](mailto:vitoriaraissa@hotmail.com)

**Revista de Arquitetura IMED**, Passo Fundo, vol. 10, n. 1, p. 48-67, janeiro-junho, 2021 - ISSN 2318-1109

DOI: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2021.v10i1.4311>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editora-chefe: Grace Tibério Cardoso

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui! / click here!](#)

## Resumo

A partir de um novo panorama a respeito da relação entre cinema, arquitetura e urbanismo, articulando-os às questões de apropriação e debate da cidade, o presente artigo tem como objetivo construir pensamentos sobre alternativas que não estavam prescritas na racionalidade do planejamento urbano, mas que emergem para transformar a ideia de espaços inertes e definitivos. Dessa maneira, focará na atuação do Alpendre CineARQ, um projeto de pesquisa e extensão da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), campus Pau dos Ferros – RN, que utiliza o cinema de rua como forma de micro-resistência urbana. Nesse viés, a metodologia debruçou-se em investigar referências que versem sobre a temática, assim como analisar e documentar as sessões do projeto de extensão Alpendre CineARQ. Como conclusão, as ações do grupo encontram na ocupação dos espaços públicos e nas discussões dos filmes exibidos possibilidades de fomentar cultura, preservar e conectar identidades.

**Palavras-chave:** Arquitetura. Espaço Urbano. Audiovisual. Cinema. Extensão.

## Abstract

From a new panorama regarding the relationship between cinema, architecture and urbanism, articulating them to the issues of appropriation and debate in the city, this article aims to build thoughts on alternatives that were not prescribed in the rationality of urban planning, but that emerge to transform the idea of inert and definitive spaces. In this way, it will focus on the performance of *Alpendre CineARQ*, a research and extension project at the Federal Rural University of the Semi-Arid Region (UFERSA), Pau dos Ferros - RN, which uses street cinema as a form of urban micro-resistance. In this bias, the methodology focused on investigating references that deal with the theme, as well as analyzing and documenting the sessions of the *Alpendre CineARQ*. In conclusion, the group's actions are found in the occupation of public spaces and in the discussions of the movies, possibilities to foster culture, preserve and connect identities.

**Keywords:** Architecture. Urban Space. Audio-visual. Cinema. Extension.

## 1 Introdução

Desde 1889, quando imagem e movimento se imbricaram no cinetoscópio de William Dickson e Thomas Edison, a cidade encontrou na linguagem visual mais uma forma de ser não apenas cenário, mas objeto e protagonista das narrativas. Todavia, a criação dos inventores não tornou a gênese do cinema um fenômeno de experiência coletiva, pois o instrumento só comportava ser observado por um único espectador. Posteriormente, em 1892, León Bouly desenvolveu uma máquina capaz de captar e projetar as imagens-movimento em uma tela, o cinematógrafo. Entretanto, o modelo acabou sendo patenteado pelos irmãos *Lumière*, que no ano de 1895 realizaram a primeira projeção cinematográfica funcional, abrindo possibilidades para um espetáculo em massa (SOUZA; DIAS; SOUZA, 2015). Assim, no *Grand Café* da *Boulevard des Capucines* parisiense, entre trilhos e agitação social, aconteceu a primeira sessão pública em que o cinema explorou o seu principal habitat: as cenas urbanas.

Nesse contexto, o audiovisual tornou-se uma ferramenta capaz de perلustrar o imagético de quem o consome através de uma linguagem compreensível, cuja gramática se funde nos sujeitos e revela seus sentimentos, emoções e experiências anteparadas pelo espaço vivido. Desse modo, tal mídia pode servir como peça mediadora entre matéria e subjetividade. Como a primeira, este artigo tratará sobre o debate do espaço construído, desde a arquitetura em escala micro, ao urbano, como macro através do viés do uso da linguagem audiovisual. Sobre a segunda, também sobre o mesmo viés, as relações que os indivíduos estabelecem com esse “mundo dos sentidos”. Como justificativa para tal associação, o arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa defende:

Quase não existem filmes que não contenham imagens da arquitetura. Essa afirmação é verdadeira, independentemente de os prédios serem realmente mostrados no filme ou não, porque já o enquadramento de uma imagem ou a definição de escala ou iluminação implica o estabelecimento de um local distinto e o estabelecimento de um local é o mais fundamental da arquitetura (PALLASMAA, 2007, p. 161. Tradução nossa).

Sob essa perspectiva, refletir a cidade e suas construções e dinâmicas através do audiovisual, é criar a possibilidade de interpretar os indivíduos em seus contextos sociais. Dessa forma, motivado por entender e trabalhar o cinema como lugar de debate, assim como instrumento de reunião cultural e social, e por conseguinte, de ocupação da cidade, sedimenta-se o objetivo deste artigo alicerçado nas ações do Alpendre CineARQ – um projeto de extensão do grupo de pesquisa Alpendre - Arquitetura e Representação, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), na cidade de Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte.

Nesse contexto, localizado na região do Alto Oeste Potiguar, no interior do estado, o município de Pau dos Ferros possui uma população de quase 30 mil habitantes (IBGE, 2010). Todavia, sua área de influência é estendida para mais de 30 cidades, abarcando um contingente de aproximadamente 242 mil pessoas. A cidade é considerada um polo regional com diversos serviços de relevância para as cidades lindeiras. Isto posto, entende-se que este é um município de relevância econômica para o estado do Rio Grande do Norte devido as relações intrarregionais que estabelece com as cidades vizinhas, sendo favorecido por ser entrecortado pela BR-405 e a BR-226. Estas conexões são evidenciadas, também, a partir das oportunidades oferecidas pelas instituições de ensino, assim como pelo setor de comércio e serviço que Pau dos Ferros dispõe. Além disto, 92% dos seus habitantes encontram-se situados na zona urbana (IBGE, 2010). Este fator deu-se devido ao crescimento setor terciário, ocasionando “a geração de várias problemáticas sociais como o desemprego, o déficit habitacional, o não acompanhamento de políticas voltadas para os mais necessitados, entre outros” (BEZERRA; LIMA, 2011, p. 46). Assim, apesar da evolução econômica, o desenvolvimento urbano não anteparou o crescimento populacional da cidade, resultando na escassez de infraestrutura urbana e na má distribuição de serviços e equipamentos públicos (DANTAS, 2014).

Neste sentido, o projeto de extensão Alpendre CineARQ visa estreitar os laços entre a comunidade pauferrense externa à Universidade e os temas pertinentes à Arquitetura e Urbanismo através do cinema de rua e do uso da linguagem audiovisual. A partir dessa relação, também é indispensável para o projeto que o diálogo com a comunidade exponha as problemáticas e as potencialidades da cidade de Pau dos Ferros. Logo, o artigo tratou, além de uma breve revisão sobre a relação do cinema com a arquitetura, urbanismo e apropriação da cidade, de um relato das experiências do Alpendre CineARQ e dos seus principais resultados. A metodologia adotada para o desenvolvimento do artigo fora subsidiada por revisões sistemáticas de artigos, livros, teses e revistas da área, assim como ações em campo descritas ao longo deste texto, levantamento fotográfico das sessões e documentação através de gravação de entrevistas com alguns participantes das sessões.

Portanto, este artigo estrutura-se em examinar, primeiramente, o histórico da construção de uma lógica privada dos espaços, e como o cinema pode se comportar como contraponto a esta lógica e como ferramenta de apropriação da cidade nesse raciocínio. Em seguida, também se propõe a evidenciar o cinema como instrumento de debate sobre questões pertinentes à arquitetura e urbanismo, investindo na dimensão social. Por fim, será mostrado como o projeto de extensão Alpendre CineARQ desenvolve engajamento cívico-político através de suas ações na cidade de Pau dos Ferros, além de fomentar entretenimento para a população a partir do cinema.

## 2 O cinema como linguagem para apropriação da cidade

Historicamente, ao analisar a construção da imagem social no Brasil Colônia, percebe-se que ela se estruturou em torno da maior representação do espaço privado: a casa. Sustentando essa afirmativa, Leitão (2009, p. 1) em seus escritos sobre impressões urbanísticas, destaca que “o modo como se organizou a vida urbana no Brasil produziu, espacial e psiquicamente, um ambiente urbanístico de exclusão, claramente hostil”. Isto porque, no início do século XVI se estendendo até meados do século XIX, a arquitetura refletia uma sociedade escravocrata construída pela elite açucareira. Assim, entre bangalôs, sobrados e chalés, a Casa-Grande imprimiu na cidade indiferenças urbanas. Ou seja, criou-se nela um “bloco partido em muitas especializações – residência, igreja, colégio, botica, hospital, hotel, banco” (FREYRE, 2013, p. 22), fazendo com que todas as atividades sociais se voltassem para este espaço privado, individualista e tirânico.

Portanto, herdeira desta estruturação sociocultural e urbanística, a sociedade brasileira contemporânea ainda expressa esse valor excludente, pois segundo Sennet (2016, p.16): “o homem moderno busca um fim em si mesmo em sua vida psíquica”. Isto quer dizer que em uma escala cada vez mais crescente, os sujeitos voltam-se somente para o que lhe apraz, os seus desejos e individualidades, reforçando a ideia de um viver isoladamente. Assim Chauí (2001) defende que:

A sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público [...]. Em suma: micropoderes capitalizam em toda a sociedade de sorte que o autoritarismo [...] se espraia para a escola, as relações amorosas, o trabalho, o comportamento social nas ruas [...]. (CHAUÍ, 2001, p. 13-14).

Entretanto, subversivos aos vínculos oitocentistas ao buscar que as senzalas se voltem para as ruas, alguns grupos sociais brasileiros a partir do século XX, dos quais destacam-se os arquitetos e urbanistas, trabalharam para o surgimento de uma reforma urbana no país. Dentre tantos processos, pode-se destacar segundo Bonduki (2018) desde as primeiras pretensões de enfrentar essas questões ainda na era Vargas, trazendo o debate sobre a função social da propriedade, perpassando pelo ano de 1963 com o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, chegando até as primeiras vitórias concretizadas como a instituição da lei federal Estatuto da Cidade no ano de 2001, que visa o desenvolvimento da urbe a partir de uma lógica conjunta, além de promover o planejamento de equipamentos urbanos e comunitários para a população, assim como, segundo Sutti (2018), a criação do Ministério das Cidades no ano de 2003, que:

[...] no primeiro dia de governo Lula (1º de janeiro de 2003), concretizou o compromisso que vigorava nos programas de

governo do Partido dos Trabalhadores desde 1994 [...] e veio como uma resposta ao vazio institucional e à ausência de uma política nacional de desenvolvimento urbano consistente, capaz de apontar para um novo projeto de cidades mais justas e democráticas [...]. (SUTTI, 2018, p. 143).

Ainda, também se destaca a criação dos planos diretores que somada a tantas outras lutas intentaram começar o diálogo sobre a necessidade do direito à cidade e de estabelecer limites no conceito de direito absoluto sobre a propriedade (BONDUKI, 2018). Nessa perspectiva, reconstruiu-se, de maneira ainda tímida, uma produção espacial não baseada no “eu”, mas em ferramentas para tentar dirimir o pensamento de abandono dos ambientes públicos urbanos. Com isso, passou-se a reforçar a premissa de que entre as edificações privadas existe uma trama de lugares de livre acesso capazes de promover sociabilidade através da permanência de qualquer indivíduo.

Dentro dessas ressignificações, surgem movimentos cívicos contra hegemônicos capazes de preencher os hiatos urbanos e criar um novo pensamento acerca do espaço público. Sejam coletivos, Organizações Não Governamentais (ONGs), estudantes, moradores de um bairro, ativistas em geral retomam, por meio de suas práticas, o conceito de direito à cidade nascido no final da década de 1960 através do filósofo francês Henri Lefebvre. Na gênese de sua criação, este era uma utopia a ser alcançada por meio das lutas sociais em desacordo com o sistema capitalista que já era a produtora da cidade, subjugando-a aos seus interesses e reforçando o viés do individual e privado. Todavia, esses agentes transformadores do espaço compreendem que a cidade não é um lapso de neutralidade, mas um conjunto de histórias e processos que deve estar relacionado com valores democráticos. Por isso, é necessário perceber os embates travados acerca dos espaços públicos poliédricos, ou seja, aqueles multifacetados que permeados de singularidades reivindicam dinâmicas particulares de atuação.

Sob o mesmo ponto de vista, é importante frisar que o fato de um local ser reconhecido como público não significa, necessariamente, que ele será ocupado, dado que as áreas sem estratégias e funções resguardadas por mobiliários ou outros atrativos urbanos, não fomentam participação popular. Por esse motivo, é fundamental incentivar que as pessoas estejam e usem estes ambientes, pois a apropriação parte de uma demanda. Nessa conjuntura, ergue-se como uma ferramenta de articulação utilizada por esses movimentos cívicos para contribuir com a valorização da cidade e dos seus espaços, reconectando as pessoas aos ambientes públicos e enfatizando o caráter democrático deles, o cinema de rua. Entretanto, esta pesquisa não versa, apesar de sua importância, sobre as salas tradicionais de cinema que ainda sobrevivem sozinhas, sem o anteparo de shoppings centers ou outros estabelecimentos comerciais. Mas sim do cinema público, acessível, popular e gratuito, que se desdobra na rua e para a rua. Este tipo de reprodução do audiovisual tem mudado a realidade cultural das



cidades, encontrando nas praças, nos parques, no chão da vida cotidiana, espaço para improvisação de suas telas e assentos.

Assim, como exemplo desse mecanismo, tem-se o Cine Boa Praça, um projeto cultural que promove o acesso ao cinema mediante a exibição gratuita de filmes (Figura 1) em regiões com baixo ou nenhum acesso à arte e lazer. O grupo não faz exhibições apenas em uma localidade fixa, mas em cada edição percorre diversas cidades do Brasil. Portanto, possui uma atuação itinerante que, segundo seu site oficial:

Além de incentivar a ocupação de espaços públicos pela população, buscamos também promover a interlocução entre diferentes linguagens e manifestações culturais [...]. A ideia é utilizar o cinema como ferramenta de articulação, provocar reflexões e expandir o repertório cultural das comunidades impactadas pelo projeto. (CINE BOA PRAÇA, [2013?]).

Criado desde 2012, a iniciativa já realizou mais de 320 sessões em mais de 150 comunidades, aproximando-se de 40 mil expectadores.

**Figura 1.** Cine Boa Praça



(A)



(B)

**Fonte:** Cine Boa Praça [2013?].

Em seguida, o segundo exemplo tratado é o projeto Centro Aberto, liderado pela Prefeitura de São Paulo. Este teve início em abril de 2013, viabilizando a discussão sobre as zonas centrais da cidade e seus espaços públicos. Sendo assim, desenvolveu-se uma série de atividades das quais destaca-se o cinema de rua no Largo São Francisco e na praça Ouvidor Pacheco e Silva. Tais locais foram escolhidos para que seus usos fossem retomados no horário de almoço e final da tarde, visto que nos seus entornos há uma gama de escritórios que concentram grande fluxo de pessoas no horário comercial. Todavia, durante a noite assim como nos finais de semana, há um espraiamento de indivíduos, provocando a sensação de insegurança na área (CENTRO ABERTO, 2014). Dessa forma, para promover a permanência da população, estruturou-

se um cinema ao ar livre na praça cujas sessões aconteciam todas as quintas-feiras (Figura 2), criando uma zona cuja ambiência é de um lugar mais usual e ativo.

**Figura 2.** Cinema de Rua, Projeto Centro Aberto, 2014



(A)



(B)

**Fonte:** Prefeitura de São Paulo (2015).

Por fim, destaca-se o Movimento Baixo Centro, realizado entre 2011 e 2014 por um grupo de jovens ativistas que visavam intervenções urbanas autônomas através da arte. Para isso, criavam festivais no Minhocão, uma zona na cidade de São Paulo que abarca os bairros Santa Cecília, Campos Elíseos, Barra Funda e Vila Buarque, sendo marcada por gradativos processos de especulação imobiliária, tráfico de drogas e políticas de eugeniação (ANDRADE, 2012). Desse modo, eles visavam evidenciar para a sociedade o “potencial de apropriação da cidade” (MARINO, 2018, p. 127), fomentando uma cultura de ocupação da rua, que segundo um dos seus idealizadores, Thiago Carrapatoso:

Nosso intuito foi o de exemplificar que as leis já garantem o direito de ocupação, que não é necessário pedir autorização para órgãos públicos para organizar uma oficina de estêncil, um cinema ao ar livre ou um show em horário comercial em uma praça pública. Legalmente, as ruas e praças já nasceram como palcos para arte, como lugares de encontro e expressão. E isso é um direito do cidadão, só cabe a ele usá-las [...] (ANDRADE, 2012)

Assim, dentre mais de 100 atividades, a exibição de filmes (Figura 3) foi uma estratégia utilizada para disputar a rua, tratar sobre a paisagem e ocupação da mesma. Portanto, a primeira ação do festival foi o Cinóia, um cinema livre para fumantes e dependentes no geral.



**Figura 3. Cinema Cinóia, 2012**



(A)

Fonte: Andrade (2012).



(B)

Fonte: Marino (2018).

### 3 A arquitetura em movimento: a cidade pelo olhar do cinema

O cineasta Wim Wenders, em seu ensaio sobre a paisagem da cidade, conclui que “o cinema é uma cultura urbana” (WENDERS, 1994, p. 181). Isto porque ele emerge e se desenvolve concomitante às grandes metrópoles, fazendo surgir a partir do final do século XIX um período de construções simbólicas e insurgente às amarras estáticas das então representações visuais, como a pintura e a fotografia. Nesse momento, o termo vídeo, do latim “eu vejo”, assume a raiz do seu significado e testemunha o desenrolar da vida urbana. E como tal, é uma ferramenta capaz de estudá-la, gerar um campo de pesquisa, e registrar a história de um lugar.

Baseado nessas impressões, além de um artifício para apropriação da cidade, o cinema é um instrumento de debate sobre a mesma e para desvendar espaços arquitetônicos. Isto porque, através de seu intermédio é possível analisar as transformações sociais, enxergar a paisagem urbana a partir de uma nova perspectiva ou comprovar o que já se sabe sobre ela, compreender os diferentes contextos culturais e políticos, relembrar a história e projetar o futuro. Por isso, Costa (2011, p. 37) afirma que “empunhar uma câmera diante de um fato urbano qualquer, presume que esse material gravado servirá posteriormente a uma representação deste fato: ausente no futuro, essas imagens estarão no seu lugar”. Desta forma, os ícones urbanos e a estruturação arquitetônica destes quando tratados na linguagem videográfica, a exemplo das casas de taipa em filmes sobre o sertão do Nordeste ou das avenidas dos grandes centros comerciais abarrotados de indivíduos e automóveis em horários comerciais, versam sobre a cidade. Ainda que no cinema tudo se desdobre a partir de um recorte, mostrando uma visão instrumentada da realidade, ambos os temas se concretizam como espaço de resgate e vivência, e logo, estão inseridos dentro dos debates sociais.

Como tal, estimular esse diálogo é focalizar no potencial de reflexão sobre como o homem se relaciona com seu meio, e não permitir que essa teia se dilua, seja pelo tempo ou por fatores que tornam as cidades cada vez mais imparciais. Assim, se cria um exercício de entender o cinema a partir de um elemento de expressão cultural, sendo possível provocar sensações sinestésicas nos indivíduos, que além de espectadores da imagem fílmica, são moradores e produtores da cidade e, portanto, seus protagonistas. Assim, por meio da apreensão do tempo e do movimento pelo audiovisual, surge um equipamento capaz escorrer entre e revelar as vicissitudes e particularidades do urbano.

Por conseguinte, diferente da fotografia e da pintura, a sétima arte não se sedimenta apenas em um instante, mas capta uma sequência de imagens em movimento e, portanto, compreende um valor temporal. Nesse sentido, o cinema pode servir para antecipar e prever a cidade e os conjuntos arquitetônicos que a compõe, revelando costumes, hábitos, tecnologias e elementos que ainda irão despontar como concretos, pois este “nos fez ver, com frequência, hipóteses muito mais contundentes de cidades do que aquelas que nos permitiria imaginar um olhar real” (ARGULLOL, 1994, p. 59). Dessa forma, surge uma metodologia para facilitar a desvendar o emaranhado de peculiaridades que se irrompem nas cidades, e auxiliar no desenvolvimento das mesmas não apenas de forma simbólica, mas prática e ativa, pois como sugere Pallasmaa:

A diferença óbvia de que as imagens da arquitetura são eternizadas na matéria, enquanto as imagens cinematográficas são apenas uma ilusão fugaz projetada na tela, não tem um significado experimental decisivo. Ambas as formas de arte criam quadros de vida experiencialmente verdadeiros, situações de interação humana e horizontes de compreensão dos eventos humanos e do mundo. (PALLASMAA, 2007, p. 159. Tradução nossa).

Portanto, pelo audiovisual criam-se caminhos para interpretar a arquitetura e o urbanismo, seja a partir da cidade da memória, dos desejos e afetos, ou da cidade material, do espaço físico construído.

## **4 Alpendre CineARQ, mediações e práticas**

Criado no ano de 2018, o projeto de extensão Alpendre CineARQ – Cinema e Arquitetura, intenta através da exibição pública de filmes em diversos locais da cidade, promover discussões que versem sobre múltiplos domínios da Arquitetura e Urbanismo. Assim, deixa-se as salas de aula para ir às ruas, às praças, às cadeiras nas calçadas ansiosas por entretenimento. Todavia, mais do que este objetivo primário, o audiovisual é utilizado pelo grupo como método de interlocução com a população,

em que o diálogo sobre os temas propostos é feito de modo acessível e compreensível para todos. Este atributo, típico do caráter extensionista do projeto, aproxima a universidade da comunidade externa em um processo de troca de experiências, como também complementa o processo de ensino/aprendizagem vivenciado dentro de sala de aula. Ademais, o desenvolvimento do projeto de extensão é imbricado com o processo de desenvolvimento de pesquisas que envolvem as temáticas a serem discutidas nos filmes, bem como o entendimento da cidade, características sociais e espaços públicos de maneira a melhor escolher os locais das exposições. Desta forma, entende-se que a ação contempla a tríade de ensino, pesquisa e extensão, característica do ensino superior brasileiro.

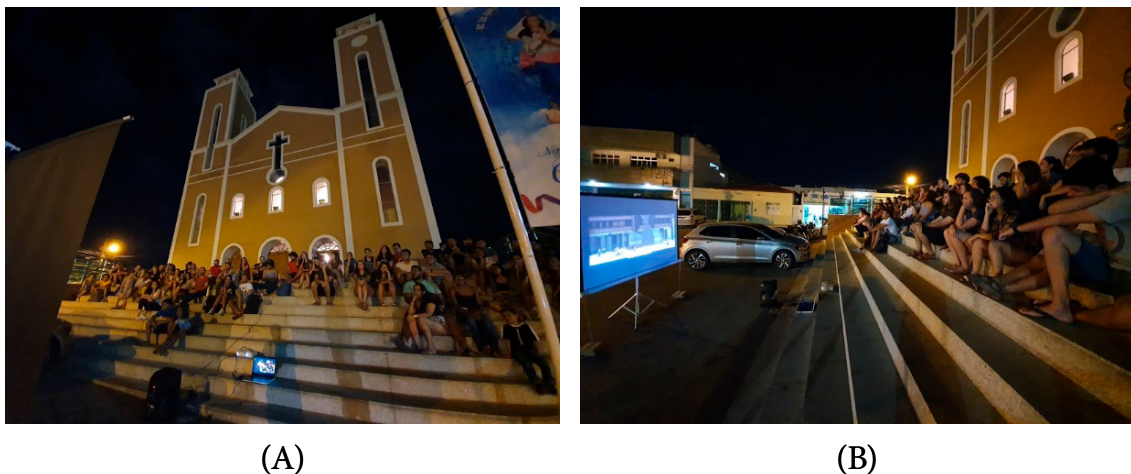
Mesmo que sem tijolos, a atuação do grupo cria e leva arquitetura ao público. Isto porque existe o prisma clássico que a defende e a define unicamente como abrigo, e nessa perspectiva, mesmo sem fechamentos, a ação do Alpendre CineARQ acolhe os que dela participam. Assim o faz porque, aberta à cidade, a recebe e estimula devires. Ainda, transcendendo esse conceito primitivo, visto que “a função da arquitetura não é apenas prover abrigo físico, mas facilitar a realização das atividades humanas e estimular os prazeres sensoriais” (PALLASMAA, 2013, p. 119), é arquitetura porque mais que guarida, o Alpendre CineARQ cria um ambiente onde a identidade de um lugar é reforçada e, através da visualidade, a história pode ser discutida. Nesse ínterim, o cinema de rua também se relaciona com disciplinas do urbanismo, pois a partir deste, vários pontos da cidade podem ser ativados através da ação que leva pessoas a ocupar e conferir um novo uso aos lugares monótonos e sem vitalidade da cidade. Isto posto, estes espaços públicos passam a ser promotores de sociabilidade, e tornando-os interessantes e atrativos, a cidade em conjunto torna-se também interessante.

Assim, destaca-se que o Alpendre CineARQ já realizou dez sessões desde sua criação, todavia, neste artigo serão abordadas apenas as atividades do grupo concernentes ao período letivo de 2019.2 da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), dividindo-se em três momentos distintos. Além disso, ressalta-se que as ações do projeto foram interrompidas devido a suspensão de atividades presenciais a partir do período letivo 2020.1 frente a pandemia da COVID-19. Por conseguinte, como processo metodológico, através de reuniões gerais mensais os participantes do Alpendre CineARQ se subdividiram em três grupos, cujas funções seriam escolher o filme e propor pautas para levantar durante o debate do mesmo, eleger o local e pensar na infraestrutura para exibição das sessões, e documentar através de fotografias e gravações o decorrer do encontro e as percepções da população quanto ao tema proposto. Esta documentação serviria para a criação de um produto audiovisual sobre os resultados projeto, entretanto, sua elaboração também foi interrompida em consequência da pandemia. Desse modo, as ações foram revezadas a cada sessão pelos integrantes do projeto de maneira que todos pudessem participar em todas as frentes

de ação. Nesta perspectiva, dias antes de cada sessão o grupo responsável em divulgar o evento fazia convites orais na região onde o filme seria exposto, assim como anexava cartazes próximos ao espaço de exibição contendo as informações acerca da ação. Nos dias das sessões, os membros do projeto montavam a estrutura necessária para exibição do filme, sendo esta caracterizada por uma tela de projeção retrátil, um projetor multimídia, caixa de som, computador, colchonetes e tatames para que o público pudesse se acomodar.

Feito isto, a primeira sessão ocorreu em 12 de novembro de 2019, em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Pau dos Ferros (Figura 4), localizada no centro do município. Por se tratar de um ambiente situado em uma área de uso majoritariamente comercial durante o dia, no período noturno, momento em que o Alpendre CineARQ é realizado, a zona é pouco movimentada. Desse modo, pretendendo conferir uma nova função e modo de pensar este espaço, possibilitando a construção do que Jane Jacobs (2011) chama de “rua viva”, foi utilizado a escadaria da Igreja como arquibancada para a ação.

**Figura 4.** Primeira Sessão CineARQ em 2019



**Fonte:** Acervo dos autores (2019).

Já nesta sessão é possível notar que o simples ato de pessoas sentadas e uma tela de exibição montada foram fatores que despertaram a curiosidade das pessoas que passavam e conseguiram atrair um público que não conhecia a ação previamente, sendo esta sessão caracterizada pela presença majoritária de jovens e adultos, com pontual número de crianças. Trazer uma certa densidade populacional para os espaços públicos pode ser o fator atrativo necessário para que outras pessoas também façam uso desse espaço.

A partir do primeiro filme exibido, foi discutido acerca da memória afetiva sendo sustentada pela arquitetura e urbanismo, e como a materialidade das edificações podem representar uma metáfora dos seus usuários, portando-se como símbolo de suas características e emoções. Isto porque, partindo da análise do longa, percebeu-



se a proporção da poética da arquitetura como peça estruturante de experiências significativas para os indivíduos, sabendo que:

Por intermédio da poesia nos deparamos com uma dimensão que é, antes de tudo, emotiva e sensível. Plena de afeto, a arquitetura, é sim, terreno poético. Tão indelével quanto a concretude e a materialidade do espaço físico e suas qualidades mensuráveis e físicas. O universo da poesia está disponível à leitura tanto quanto o da arquitetura. (PINTO JUNIOR, 2009, p. 118).

Após a conclusão do filme, formou-se uma roda de debate cuja condução da discussão do tema (Figura 5) foi iniciada pelos membros do Alpendre CineARQ e guiada pelas memórias afetivas dos demais participantes. Além disso, abordou-se com base em uma ótica relacional sobre os espaços da cidade servindo de elo entre os personagens do filme. Posteriormente, foram entrevistados alguns jovens estudantes para compreender suas visões acerca do conteúdo proposto pelo filme.

**Figura 5.** Primeira Sessão CineARQ em 2019 e roda de conversa



(A)



(B)

**Fonte:** Acervo dos autores (2019).

Assim, todos falaram sobre a importância que o debate a respeito da exibição trouxe ao discutir a apropriação, a criação e a ampliação dos laços pessoais com os espaços da cidade, destacando que a arquitetura de Pau dos Ferros deveria ser estruturada para estabelecer uma relação familiar de modo que os sentimentos de segurança e proteção estivessem presentes. Isto porque os entrevistados eram estudantes que se mudaram para o município de Pau dos Ferros e não conseguiam estabelecer vínculos com ele, sentindo desconforto e a sensação de não pertencimento com o lugar.

Além disso, todos fizeram o contraponto deste sentimento com as experiências vividas e sentidas outrora na casa dos seus avós, pois esta era o principal local em que suas lembranças encontravam afeto e por isso, tornava-se marcante. Por fim, concluíram que a arquitetura e o urbanismo devem objetivar construir edificações



e espaços que não se detenham apenas na questão estética, mas alcancem e criem a noção de ambientes que se conectam com a memória.

Por conseguinte, a segunda sessão aconteceu no dia 10 de dezembro de 2019 (Figura 6). A estrutura do cinema foi montada na praça Lourenço Gonçalves, localizada no bairro São Geraldo do município anteriormente citado. Este é caracterizado como um dos mais antigos da cidade, e encontra-se em uma região limite da área urbana de Pau dos Ferros.

**Figura 6.** Segunda Sessão CineARQ em 2019



(A)

(B)

**Fonte:** Acervo dos autores (2019).

Todavia, não há grandes investimentos no local por meio do poder público e do mercado imobiliário, este último devido à área ser marcada pela escassez de recursos atrativos para o mercado e por causa dos habitantes do bairro apresentarem uma baixa renda per capita. Além disso, as tipologias das edificações do bairro apresentam baixa qualidade ambiental e uma infraestrutura deficitária, tanto nas residências como nos serviços de iluminação, saneamento e pavimentação. Assim, os habitantes do São Geraldo se enquadram na observação feita pelo sociólogo francês Wacquant ao tratar dos moradores das zonas periféricas, estes que

[...] não sofrem somente de privação material [...] devem também suportar o desprezo público associado ao fato de morarem em locais amplamente percebidos como “áreas a serem evitadas” (no-go areas), profusas em crimes, em marginalidade e em degeneração moral, onde se pressupõe que habitem apenas membros inferiores da sociedade. (WACQUANT, 2001, p. 32).

Nesse contexto, o filme apresentado levantou questões quanto a distribuição da cidade ante a subvalorização da periferia. Ou seja, discorreu-se sobre a falta de investimentos e planejamento urbano nessa área, agravando a teia de relações que ela estabelece com o restante da cidade. Também foi levantado o tema da diversidade

social e urbana como um fator benéfico e necessário para a cidade com o intuito de apresentar uma visão não estereotipada do próprio bairro em que a sessão aconteceu. A segunda sessão foi a que aconteceu em uma área urbana com índices socioeconômicos mais baixos da cidade e, das três sessões, esta foi avaliada como a que contou com maior engajamento da população local, apresentando grande quantidade de crianças. Um indício de que a população de áreas como essa busca oportunidades culturais, porém não conta com tanta oferta.

Ainda, como ferramenta cultural para aproximar-se da comunidade, antes da sessão houve uma roda de capoeira com a participação do Grupo de Capoeira Berimbaus do Oeste (GCBO) da cidade de Pau dos Ferros - RN, sob a supervisão do Mestre Gideão (Figura 7).

**Figura 7.** Segunda Sessão CineARQ em 2019 e roda de capoeira



**Fonte:** Acervo dos autores (2019).

Após a sessão foi feita uma breve entrevista com os pais das crianças presentes no local. Estes relataram sobre a necessidade que o filme trouxe em discutir que a relação indivíduo e espaço não deveria ser mediada pela aparência. Isto porque, os entrevistados relataram que ao chegarem em alguns locais da cidade, como comércios e equipamentos de serviço, as demais pessoas os tratam com distinção, porque o estereótipo do lugar onde moram precedia suas presenças. Portanto, evidencia-se a responsabilidade que a animação carregou para debater o tema da diversidade e preconceito, pontos de sensibilidade para aquela comunidade e seus indivíduos.

Por fim, a terceira sessão se desdobrou no dia 21 de janeiro de 2020, na Praça da Bíblia localizada na Rua 25 de Março, cujo uso das edificações é majoritariamente residencial. Foi procurado discutir acerca das lembranças que a cidade pode guardar, visto que como baú da história, é um lugar de troca e de impressões entre seus habitantes (Figura 8).

**Figura 8.** Terceira Sessão CineARQ em 2019 na “Praça da Bíblia”



(A)



(B)

**Fonte:** Acervo dos autores (2019).

Assim, a narrativa é contada através da memória dos personagens, sendo esta sustentada pela arquitetura. Logo, o debate trouxe à tona o interior da cidade confundindo-se com o interior dos personagens, assim como ressalta Pallasmaa:

O local e o evento, espaço e mente, não estão fora um do outro. Definindo-se mutuamente, eles se fundem inevitavelmente em uma experiência singular; a mente está no mundo, e o mundo existe através da mente que o percebe. Experimentar um espaço é um diálogo, uma espécie de troca - eu me coloco no espaço e o espaço se instala em mim. (PALLASMAA, 2007, p. 165. Tradução nossa).

Ainda, outra questão apontada foi a mescla entre os edifícios modernos e históricos mostrados no filme, estes que reverberam as características antagônicas dos protagonistas, e criam um mapa mental de diferentes sensações e relações entre ambos. Além disso, por também ser uma pauta do longa, a roda de conversa debruçou-se sobre a problemática da demolição de monumentos históricos e como esta realidade transforma negativamente a imagem da cidade.

Nesse íterim, ornamentando o debate, a sessão teve como plano de fundo uma edificação histórica (Figura 9), servindo como premissa para relacionar toda a temática do filme com as questões urbanas de Pau dos Ferros – RN, visto que o município não dispõe de diretrizes para resguardar seu patrimônio histórico construído, resultando em um processo paulatino de perda de identidade.



**Figura 9.** Terceira Sessão CineARQ em 2019 e roda de conversa



(A)



(B)

**Fonte:** Acervo dos autores (2019).

Após a sessão foram entrevistadas algumas crianças que expressaram a satisfação em participar de um cinema próximo as suas casas, ressaltando como ponto positivo o evento ser gratuito, garantindo acessibilidade para que qualquer pessoa pudesse usufruir do momento. Além disso, em outra entrevista, um participante da sessão revelou que a partir da exibição entendeu como ele não percebia a cidade e os seus significados, mas que o filme havia mostrado caminhos para esse conhecimento, sendo esta procura também estendida para um processo de autoconhecimento.

## 5 Considerações finais

O trabalho investiga um mosaico de interações entre a arquitetura, o urbanismo e o cinema através de novas perspectivas de planejamento e apropriação do espaço urbano, conferindo-lhe dinâmicas de ocupação práticas e ativas. Ainda, é imprescindível destacar que este espaço urbano está intimamente relacionado com o espaço público, todavia, não significa que pelo segundo existir, a vida da cidade em comunidade será efetiva e enérgica. Por isso, é necessário criar mecanismos para usufruir desses locais, através de experiências sensíveis a cada indivíduo.

Nessa perspectiva, infere-se que a arquitetura é basilar para construir tais relações, enquanto o cinema as expõe e as conecta gerando um processo de entendimento e resistência. Portanto, na contramão de uma lógica que produz a cidade a partir do setor privado, são nos espaços públicos onde o Alpendre CineARQ se delineia. Assim, as ações do grupo diante da cidade são assimiladas como sendo o desenrolar de uma arquitetura itinerante, que atuando pontualmente em um local, se desloca e intervém em outro. Este desenrolar contribui em processos que, quando unidos, podem formar uma teia, traçando novas urbanidades para Pau dos Ferros. Assim, o projeto transforma os espaços de modo criativo e sem custos em uma atitude

que se articula com o direito à cidade, democratizando-a e fazendo surgir novas impressões no e sobre os espaços urbanos.

Constata-se que o projeto atinge seus objetivos ao se apropriar do espaço público das cidades, promover a percepção dos moradores locais de que tal espaço pode ser utilizado para fins diversos além dos originalmente propostos, bem como alcançou ao longo das sessões a realização de discussões de temas pertinentes ao ensino e prática da arquitetura e urbanismo junto dos espectadores.

A ferramenta áudio visual se apresentou como eficiente em ser o meio intermediador para o alcance dos objetivos do projeto, uma vez que ela é acessível e comum para a maioria das pessoas, logo, torna-se de fácil aceitação. Inerente a característica mambembe do projeto, é observado como principal dificuldade a organização da infraestrutura para a exibição, uma vez que as mesmas acontecem em espaços públicos com características diversas.

Ao mesmo tempo e contraditoriamente, as dificuldades em montar a estrutura de exibição tornou-se um meio de aproximação com as pessoas que transitavam no local, que ao ter despertada a sua curiosidade, em alguns casos, acabam por conhecer o projeto e participar da exibição. A informalidade do processo de arranjo e funcionamento da infraestrutura, apesar de tida como uma dificuldade, também é fator atrativo, uma vez que pessoas de diferentes camadas sociais se sentem mais confortáveis do que em um ambiente formal.

Por fim, acredita-se que através da inventividade e do desvio de uma produção unicamente privada do espaço, a partir do cinema de rua, cria-se ambientes de representação de luta, no qual o objetivo é fazer com que a Casa-Grande e Senzala de Freyre voltem suas atenções para uma cidade pública, cujo efeito duplo é promover pessoas usufruindo da rua, e a rua repleta de pessoas.



## Referências

- ANDRADE, Malu. *Baixo Centro: O que foi o Festival, o que é o Movimento*. [S. l.], 1 set. 2012. Disponível em: <https://atelie397.com/baixo-centro/>. Acesso em: 8 fev. 2020.
- ARGULLOL, Rafael. A Cidade Turbilhão. *Revista do Patrimônio Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- BEZERRA, José Alencar; LIMA, Keliane Queiroz de. Desigualdades socioespaciais em pequenas cidades: a segregação residencial na cidade de Pau dos Ferros-RN. *GEOTemas*, Pau dos Ferros, v. 1, n. 1, p. 43-54, 2011. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/GEOTemas/article/view/312/243>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- BONDUKI, Nabil Georges. *A luta pela reforma urbana no Brasil: do seminário de habitação e reforma urbana ao plano diretor de São Paulo*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018. 244 p.
- CENTRO ABERTO. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://cidadeativa.org/iniciativa/leituras-urbanas/centro-aberto/>. Acesso em: 8 fev. 2020.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. 1. ed. [S. l.]: UNESP, 2001. 208p.
- CINE BOA PRAÇA: Cinema itinerante gratuito para toda a família. [S. l.]. [2013?] Disponível em: <https://www.cineboapraca.com.br/>. Acesso em: 8 fev. 2020.
- COSTA, André. Paisagens em movimento: cinema e espaço urbano. *Iara: Revista de Moda, Cultura e Arte*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 35-46, abr. 2011.
- DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz. *As cidades medias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional, Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. São Paulo: Global, 2013.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/pau-dos-ferros.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- LEITÃO, Lúcia. Quando o ambiente é hostil – Uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos. *Observatório do Recife*, Recife, 2009. Disponível em: [http://www.observatoriodorecife.org.br/site/wp-content/uploads/artigo\\_ambiente-hostil\\_lucia-leitao.pdf](http://www.observatoriodorecife.org.br/site/wp-content/uploads/artigo_ambiente-hostil_lucia-leitao.pdf). Acesso em: 27 jan. 2020.
- MARINO, Cintia Elisa de Castro. *Cidade em festa, cidade em disputa: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI*. 2018. 257 f. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- PALLASMAA, Juhani. *A imagem corporificada: imaginação e imaginário na arquitetura*. Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013a.
- PALLASMAA, Juhani. *The Architecture of Image*. Existential space in architecture. Helsinki: Rakennustieto Publishing, 2007.

PINTO JUNIOR, Rafael Alves. A dimensão afetiva do espaço construído: vendo a casa pelos olhos da poesia. Pós. São Paulo: FAUUSP, V.16, nº 25, p. 118-133, jun 2009.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Largo São Francisco. *Gestão Urbana SP*, [S. l.], 2015, p. 1. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/centro-aberto/largo-sao-francisco/>. Acesso em: 8 fev. 2020.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade, São Paulo: Companhia das Letras, 2016 [1974]. P.16.

SOUZA, Adelita Alves de; DIAS, Eliane Maria; SOUZA, Karlla Christine Araújo. *Cineclube na escola: uma ideia em construção*. Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/15605>. Acesso em: 8 fev. 2020.

SUTTI, Weber. O ministério das Cidades e o ciclo de planos diretores do século XXI. In: BONDUKI, Nabil (org.). *A luta pela reforma urbana no Brasil*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018. p. 139-178.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*: estudo da marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001.

WENDERS, Wim. “A Paisagem Urbana” In: *Revista do Patrimônio Histórico*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 23, 1994.